

**AS MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL:
DEBATES EM SALA DE AULA**

MARCELO FELÍCIO MARTINS PINTO

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES (ORIENTADOR)

AGOSTO DE 2019- POLO MARIANA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

**AS MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL:
DEBATES EM SALA DE AULA**

MARCELO FELÍCIO MARTINS PINTO

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo – EAD, apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de ESPECIALISTA EM HISTÓRIA E CULTURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves.

AGOSTO DE 2019- POLO MARIANA

Pinto, Marcelo Felício Martins.

As memórias construídas sobre a Ditadura Militar no Brasil:
debates em sala de aula / Marcelo Felício Martins Pinto. -- 2019.
26 p.

Orientador: Leandro Pereira Gonçalves

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2019.

1. Ditadura Militar. 2. História. 3. memória. 4. ensino. I.
Gonçalves, Leandro Pereira, orient. II. Título.

**AS MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL:
DEBATES EM SALA DE AULA**

MARCELO FELÍCIO MARTINS PINTO

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo – EAD, apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de ESPECIALISTA EM HISTÓRIA E CULTURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (orientador)

Prof. Dr. André Barcelos Damasceno Daibert

Prof^a. Valéria Alves Guimarães

AGOSTO DE 2019- POLO MARIANA

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora por ofertar esta especialização, tornando acessível um curso de grande qualidade e de forma gratuita.

Agradeço também aos professores e tutores, em especial ao meu orientador, o professor Leandro Pereira Gonçalves, e à tutora Valéria Alves Guimarães por todo o auxílio prestado ao longo do curso.

Gratidão também à minha família e aos meus amigos que, desde sempre, incentivam-me a fazer concretizar meus sonhos. Em especial, agradeço aos queridos Douglas Bernardes e Philipe Sek, que tanto me auxiliaram na revisão deste texto.

Por fim, agradeço aos colegas de caminhada acadêmica, cujas sugestões e contribuições muito contribuíram para minha formação.

“História não é bula de remédio nem produz efeitos rápidos de curta duração. Ajuda, porém, a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre nosso passado, nosso presente e sonho de futuro”.

Lilia Moritz Schwarcz.

RESUMO

Este projeto de intervenção tem o objetivo de propor aula expositiva e debates em sala de aula acerca da construção das memórias sobre a Ditadura Militar no Brasil. Assim, pontuando as distinções entre História e memória, a proposta será discutir com os alunos os diversos discursos existentes em relação ao regime militar, bem como os impactos destes enunciados no presente, no que diz respeito às rupturas e continuidades no que tange a este passado ditatorial.

Nesse sentido, este trabalho vai ao encontro de uma perspectiva mais problematizadora dos conteúdos históricos discutidos em sala de aula, em detrimento de uma concepção meramente conteudista do ensino. Desse modo, considero fundamental que o professor de História fomente debates no ambiente escolar, compreendendo que esta disciplina deve proporcionar reflexões críticas sobre o passado, principalmente no que diz respeito a sua intersecção com o tempo presente.

Palavras-chaves:

Ditadura Militar; História; memória; ensino.

ABSTRACT

This intervention project aims to propose lecture and classroom discussions about the construction of memories about the military dictatorship in Brazil. Thus, punctuating the distinctions between history and memory, the proposal will discuss with students the different speeches that exist in relation to the military regime, as well as the impacts of these referred in this regard to ruptures and continuities in which this dictatorial past.

In this sense, this work meets a problematizing historical content perspective discussed in the classroom. Thus, I consider it essential that the history teacher promotes debates in the school environment, understanding that this course must provide critical reflections on the past, especially with regard to your intersection with the present time.

Keywords:

The Military Dictatorship; History; memory; teaching.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1. PROBLEMATIZAÇÃO	10
2. JUSTIFICATIVA.....	10
3. OBJETIVO GERAL	13
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
5. REVISÃO DA LITERATURA	13
6. METODOLOGIA	21
7. REFERÊNCIAS	24

APRESENTAÇÃO

O presente projeto de intervenção tem como objetivo fomentar discussões em sala de aula acerca das memórias forjadas sobre a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), desde a década de 1970 (discursos de cunho liberal-conservador), até o momento atual em que houve uma guinada conservadora protagonizada pela extrema-direita. Nesse sentido, propõe a análise de reportagens sobre discursos construídos pelos grupos conservadores, sobretudo desde as Jornadas de Junho de 2013, passando pela mobilização das camadas médias e altas favoráveis ao *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e à eleição do presidente da extrema-direita República Jair Messias Bolsonaro, publicamente defensor da Ditadura; de notícias que abordam as constantes violações dos direitos humanos perpetradas pelo Estado no presente, sobretudo contra setores marginalizados da sociedade; e dos poemas escritos por Alex Polari de Alverga (1978), preso político durante a Ditadura Militar;

Tendo em vista a ascensão de “novos populistas”¹ no cenário político brasileiro nos últimos anos, bem como a emergência de discursos negacionistas² ao regime militar brasileiro (que ganharam ênfase nos últimos anos, principalmente, com as falas do agora presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados), defendo ser necessário compreender e discutir nas escolas as disputas que envolvem o campo das memórias, individuais e coletivas, forjadas sobre esta temática, bem como os protagonistas nas construções destes discursos, sobretudo ligados à extrema-direita. Desse modo, acredito que abordar o tema em sala de aula, principalmente na educação básica, é imprescindível para a formação de sujeitos críticos que compreendam os impactos destes enunciados no presente. Ademais, acredito ser importante que os estudantes entendam as continuidades e rupturas entre o presente democrático e o passado ditatorial.

Este projeto foi construído para ser aplicado na Escola Estadual Professor Raymundo Martiniano Ferreira, instituição onde leciono, localizada no município de Ponte Nova, Minas Gerais. O foco da intervenção será os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, e será dividida em duas aulas com duração de 50 minutos cada.

¹ Lilia Schwarcz (2019) afirma que os “novos populistas” governam de forma populista e autoritária, ao mesmo tempo em que permitem a continuidade das regras democráticas. Alguns especialistas desenvolveram o termo “democradura” para analisar democracias que mantêm elementos de ditaduras.

² Em entrevista à jornalista Regiane Oliveira, do El País, Marcos Napolitano afirmou que o discurso do Governo Bolsonaro sobre o golpe de 64 está mais para negacionismo, pois “tem um ponto de partida ideológico, com objetivo de ocultar o passado” (OLIVEIRA, 2019).

1. PROBLEMATIZAÇÃO

Um dos maiores desafios na educação atualmente, sobretudo no que diz respeito ao ensino de História, é a ausência de compreensão por parte de muitos alunos sobre porquê estudar esta disciplina. Para Mario Carretero (1997), “existe, na atualidade, um amplo consenso de que o aprendizado das Ciências Sociais e da História é considerado pelos alunos uma atividade meramente repetitiva, na qual o raciocínio é pouco frequente” (CARRETERO, 1997, p. 23). Há, nesse sentido, um abismo entre os conteúdos ministrados pelos educadores e as realidades vivenciadas pelos estudantes, o que fundamenta a adoção de práticas educativas meramente conteudistas, que inibem o diálogo e priorizam a memorização. Dessa forma, segundo Antônio Flavio Barbosa Moreira e Vera Maria Candau, é necessário deixar explícito “como um dado conhecimento relaciona-se com os eventos e as experiências dos (as) estudantes e do mundo concreto” (MOREIRA e CANDAU, 2005, p. 45), abrindo espaço para o diálogo.

Ao mesmo tempo, percebo que o tema “As memórias construídas sobre a Ditadura Militar no Brasil” quase não tem sido abordado nas escolas. De modo geral, a cultura política autoritária brasileira é compreendida apenas como um elemento do passado, algo que não nos pertence mais em pleno século XXI. Os alunos também não são instigados a perceber as rupturas e continuidades em relação ao regime militar, bem como as disputas existentes nos campos das memórias e da História no que diz respeito à construção de discursos sobre este passado e como esses enunciados podem causar impactos no presente.

Ademais, o aumento considerável no número de jovens usuários das redes sociais, sobretudo o *Youtube*, o *Facebook* e o *WhatsApp*, faz com que tenham acesso a um grande número de informações todos os dias, inclusive às chamadas *fake news*. Percebo, enquanto docente, que essas crianças e adolescentes têm dificuldades em analisar criticamente o volume de notícias falsas que chegam até eles. No que diz respeito aos discursos sobre a Ditadura Militar, diversas informações forjadas sem base teórico-metodológica sólida são apreendidas acriticamente, o que pode fazer com que esses jovens construam concepções equivocadas sobre o tema.

2. JUSTIFICATIVA

Considero que abordar esta temática em sala de aula é importante, uma vez que a percepção da historicidade dos fenômenos sociopolíticos da atualidade é imprescindível para o efetivo exercício da cidadania. Além disso, segundo Verena Alberti (2015), é importante que o

professor debata com seus alunos temas tidos como controversos, como é o caso da Ditadura Militar, tendo em vista que é necessário considerar a disciplina histórica a partir de três aspectos principais: “a) a história é complicada; b) precisamos correr riscos ao ensiná-la; e c) a história ensinada nas escolas precisa tratar de questões controversas para continuar sendo relevante” (ALBERTI, 2015, p. 284). Dessa forma, a História ensinada nas escolas só faz sentido quando fomenta a construção de um conhecimento histórico crítico.

Nesse sentido, para a autora, é necessário que o docente e estudantes discutam o contexto de emergência do fenômeno estudado (neste caso específico, a Ditadura Militar), as diferentes memórias construídas acerca deste tema, bem como estabeleçam relações destas com o que acontece no atual cenário político e social brasileiro. Assim, “não há porque manter os alunos distantes dessas e de outras questões fundamentais do debate contemporâneo e tratar o período da ditadura como algo encerrado no passado” (ALBERTI, 2015, p. 288-289). O campo das memórias sobre o regime militar encontra-se em disputa, e os discursos que negam ou relativizam as sistemáticas violações aos direitos humanos perpetradas pelo Estado durante a ditadura vêm ganhando espaço em meio a setores conservadores da sociedade. Diante deste contexto, é fundamental que debates sobre este tema sejam realizados em sala de aula, uma vez que estes discursos possuem impactos diretos no presente.

Ao mesmo tempo, Maria Auxiliadora Schmidt (2002) afirma que o professor deve ater-se não somente à transmissão de informações, mas principalmente em transformar o educando em um agente no processo de construção do saber histórico crítico. Desse modo, “ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História” (SCHMIDT, 2002, p. 57), ou seja, permite que o aluno seja um protagonista. Associando o trabalho de educador de História ao de historiador, Joana Neves (2004) constata que o professor desta disciplina, para mediar este processo, “tem que ser um historiador de ofício”, uma vez que “agora o que se requer é uma identificação entre ensino e pesquisa, ambos como produção do conhecimento histórico” (NEVES, 2004, p. 25).

Tais assertivas vão ao encontro dos pontos de vista defendidos por Joaquim Prats (2005), que aborda o ensino das Ciências Sociais, mais especificamente da História, em sala de aula. Para o autor, é fundamental que o professor permita que os alunos tenham acesso aos métodos científicos usados pelos historiadores para a construção do saber histórico. Nesse sentido, Prats afirma ser importante que o educador proponha atividades que fomentem a análise crítica de fontes históricas (sejam estas escritas, iconográficas ou orais) por parte dos alunos, rompendo com a ideia de que o conhecimento é algo acabado e de que a disciplina história requer apenas memorização de fatos e datas. Estas ações pedagógicas são de suma importância, tendo em vista que possibilitam à História auxiliar os educandos na preparação

para a vida adulta, para o exercício da cidadania; bem como ajudam na construção de um sentimento de pertencimento do estudante na comunidade onde vive, de sua identidade; ao mesmo tempo em que é instrumento para a compreensão de diferentes sociedades no passado e no presente. Deste modo,

deve-se implementar um ensino de História que tenha muito presente como é o método de análise histórica. Isto implica ensinar a historiar ou ensinar o ofício do historiador. Neste caso, seria necessário dotar os alunos e alunas de uma bagagem conceitual e metodológica, isto é, dar-lhes o domínio dos instrumentos básicos para o trabalho científico em Ciências Sociais (PRATS, 2005, p. 13).

Ademais, Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (2018), em entrevista ao canal do *Youtube* Casa do Saber, afirma o quão importante a História pode ser para reduzirmos os impactos negativos das chamadas *fakes news* sobre a sociedade. Segundo ele, os instrumentos metodológicos utilizados pelos pesquisadores para a produção do conhecimento histórico, sobretudo no que diz respeito à análise crítica das fontes, são importantes para isso, uma vez que, desconfiando sempre das informações e das narrativas que nos são apresentadas e considerando estas permeadas de subjetividade, somos capazes de nos desapegarmos de nossas certezas e para nos abriremos à opinião do outro, permitindo o diálogo.

Nesse sentido, elaboro este projeto de intervenção para ser aplicado para os estudantes do 3º ano do Ensino Médio que estudam no local onde leciono desde 2017, a Escola Estadual Professor Raymundo Martiniano Ferreira, localizada em Ponte Nova, Minas Gerais. Percebo, entre os meus alunos, dificuldades em apreender a historicidade dos fenômenos sociopolíticos, compreender as relações entre o presente e o passado e os impactos da construção das memórias sobre nossa sociedade hoje.

Desse modo, considero ser imprescindível que o tema “As memórias construídas sobre a Ditadura Militar no Brasil” seja discutido amplamente nas escolas. A construção de um conhecimento crítico sobre esta temática é fundamental, e, para que isso aconteça, é necessário que os indivíduos compreendam os processos de produção da memória e História (sobretudo no que diz respeito aos métodos científicos e ao embasamento teórico que encontram-se por trás das pesquisas); ao mesmo tempo em que entendam de que forma os diversos discursos sobre o passado impactam o nosso presente e podem reverberar em nosso futuro. O ensino de História na educação básica precisa ser pensado, assim, como uma atividade que instiga a reflexão e a construção de um conhecimento crítico. Nesse sentido, perceber as continuidades e rupturas com o regime militar, tanto no campo dos discursos, quanto no que diz respeito à

formulação de políticas públicas que visam sanar demandas como segurança e educação, é imprescindível para refletir sobre a nossa sociedade hoje.

3. OBJETIVO GERAL

- Discutir com os alunos do 3º ano do Ensino Médio, matriculados na Escola Estadual Professor Raymundo Martiniano Ferreira, sobre a construção das memórias acerca da Ditadura Militar no Brasil e seus impactos no campo sociopolítico brasileiro no presente.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Debater com os alunos da turma e escola citadas as diferenças entre memória e História;
- Compreender os diversos discursos existentes acerca da Ditadura Militar, analisando os impactos destes no que diz respeito à construção de políticas públicas para resolver os problemas estruturais do Brasil (educação, segurança pública, etc.);
- Construir, junto com os alunos, um conhecimento crítico a respeito da Ditadura Militar no Brasil, baseado em análise de fontes documentais e produções historiográficas sobre o tema;
- Analisar, juntamente com os estudantes, as continuidades e rupturas, no que diz respeito à cultura política autoritária herdada em grande parte da Ditadura Militar, existentes na sociedade e nas instituições políticas brasileiras, estabelecendo relações entre o passado e presente.

5. REVISÃO DA LITERATURA

História e a memória, embora sejam categorias sobre o passado, possuem muitas características distintas. Segundo Philippe Joutard (2007), a memória possui uma forte relação afetiva com o passado e é, em grande parte, seletiva, elencando o que deve ser lembrado e o que deve ser relegado ao esquecimento; enquanto a História, embora possua sua carga de subjetividade, exige do historiador certo distanciamento no que diz respeito ao seu objeto de pesquisa. No entanto, acredito que algumas diferenças entre uma e outra sejam mais tênues:

embora Joutard constate o caráter mais metódico³ e menos subjetivo da História se comparada à memória, concordo com a perspectiva de François Dosse (2001) que afirma o aspecto seletivo existente também na produção do conhecimento histórico, desde o momento em que o historiador seleciona suas fontes, no que pese esta esteja sujeita a maior rigor metodológico. Dessa forma, “a memória é portanto, como a história, um modo de seleção do passado, uma construção intelectual, e não um fluxo externo ao pensamento” (DOSSE, 2001, p.183). Apesar desta condição subjetiva intrínseca à produção do conhecimento histórico pelos historiadores, Beatriz Sarlo (2007) constata a escassez de métodos e de uma perspectiva crítica sobre o passado no campo das memórias, o que o distingue da História produzida no meio acadêmico, ancorada em bases metodológicas:

as modalidades não acadêmicas de texto encaram a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas [...]. Ao contrário da história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas (SARLO, 2007, p. 14).

Ulpiano Menezes (1992) defende que Memória e História não são apenas distintas, mas opostas: a primeira seria fruto de uma “construção ideológica”, enquanto a segunda se constituiria como uma “operação intelectual” de caráter metódico, mais objetivo. No entanto, apesar destes conflitos, o autor afirma que é preciso compreender que as memórias são objetos importantes na construção do conhecimento histórico, uma vez que podem ser utilizadas pelo historiador como fontes. Sobre este aspecto, Michael Pollak (1992) afirma que o historiador deve utilizar o mesmo rigor metodológico usado na crítica aos documentos escritos para analisar as memórias, tendo em vista que ambos são elementos social e historicamente construídos. Nesse sentido, “a crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta” (POLLAK, 1992, p. 207). Sobre este aspecto, é importante retomar o conceito “documento/monumento”, desenvolvido por Jacques LeGoff (1990), que afirma a intencionalidade existente nos documentos e nos monumentos, considerando que estes almejam transmitir determinados discursos à posteridade. Assim, para Philippe Joutard, o trabalho e o dever do profissional da História “é fazer da memória um objeto da história para expor o seu

³ Segundo Julio Aróstegui, “há muitas formas de levar adiante uma pesquisa histórica. Mas existem também alguns pressupostos, algumas operações e cautelas sem as quais realmente é difícil poder falar de “pesquisa”. E a verdade é que tudo isso constitui um procedimento que coincide em suas linhas gerais com as particularidades de toda pesquisa social. O procedimento pelo qual o historiador aborda o problema de construir uma representação do histórico e de explicar porque os fatos são como são obedece à mesma lógica que qualquer outro método científico social. Suas ‘operações lógicas’ são as mesmas” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 465).

caráter construído, revelando as suas fraquezas e a sua instrumentalização” (JOUTARD, 2007, p. 231).

Ao mesmo tempo, é necessário lembrar que História e Memória constituem-se enquanto campos de disputas entre os diversos atores sociopolíticos, uma vez que os discursos sobre o passado estão intimamente associados ao presente. Nesse sentido, é preciso compreender que as memórias são fluidas, construídas ao longo de embates entre diversos setores da sociedade, e podem servir a interesses políticos no presente. Para Marcos Napolitano (2015), estes conflitos se devem à construção de uma memória coletiva⁴, elemento importante para a formação das identidades dos grupos, capaz de ressignificar o passado a partir dos jogos políticos que acontecem no presente. Contendo grande carga afetiva e de subjetividade, muitas vezes as memórias construídas divergem do conhecimento histórico produzido, uma vez que aquelas não se distanciam do passado como o historiador precisa fazer, a fim de que seu trabalho seja o menos parcial possível. Assim, “História e memória se confundem e entram em choque ao falar sobre um mesmo passado, sobretudo quando há processos políticos que ainda estão em jogo e quando muitos dos protagonistas de ontem ainda estão vivos e atuantes” (NAPOLITANO, 2015, p. 10).

Em relação às memórias forjadas sobre a Ditadura Militar, Marcos Napolitano (2014; 2015) afirma que, embora as autoridades militares tenham se saído vitoriosas após 1964 no que diz respeito à hegemonia política; no campo das memórias, os discursos liberais, contendo também diversos elementos da cultura política oriundas da esquerda, ganharam cada vez mais espaço a partir do final da década de 1970. No que diz respeito a este aspecto, o autor considera “a memória hegemônica sobre o regime aquela construída no processo de afastamento político entre liberais (cujos espaços de ação eram as associações de profissionais liberais, os sindicatos empresariais e a imprensa) e os militares no poder” (NAPOLITANO, 2015, p. 17). No entanto, apesar desta mescla discursiva, o autor afirma que esta memória possui forte aspecto liberal-conservador, em consonância com a transição para a democracia realizada de forma amistosa, negociada⁵.

Por outro lado, Napolitano compreende que houve uma tentativa de esquecimento na construção destas memórias, por parte dos setores liberais (tal como parte da imprensa), do

⁴ Para Maurice Halbwachs, memórias coletivas são discursos construídos coletivamente, consciente ou inconscientemente, sobre o passado, e são elementos importantes para que haja coesão entre os membros de determinado grupo (HALBWACHS, 1990).

⁵ “Dada sua grande capacidade de institucionalização político-jurídica e comando efetivo das estruturas de Estado (sistema político, burocracia, aparato repressivo, Forças Armadas), o regime conseguiu negociar com êxito sua autodissolução, mesmo socialmente isolado. A impunidade dos torturadores foi o preço mais caro a ser pago pela oposição, para garantir uma transição “sem traumas”. Tancredo Neves, ao mesmo tempo em que denunciava o arbítrio, prometia que não haveria revanchismo.” (NAPOLITANO, 2015, p. 23)

apoio concedido por estas camadas à deposição do então presidente da República João Goulart e à concretização do golpe civil-militar de 1964; ao mesmo tempo em que a esquerda buscou ocultar, nestes discursos, seus projetos políticos autoritários defendidos outrora por meio da luta armada. Desse modo, é possível perceber que grande parte da imprensa, antes defensora da Ditadura, tornou-se um dos atores responsáveis pelas denúncias às torturas e outras violações dos direitos políticos e civis dos cidadãos. A Igreja Católica no Brasil, tendo como porta-voz a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passou a condenar publicamente a repressão e a violência cometidas pelo Estado. Os militantes da esquerda, por sua vez, passaram a ser percebidos como heróis que atuaram em defesa dos valores democráticos e contra o autoritarismo militar. Segundo Marcos Napolitano, “até bem pouco tempo atrás, ter participado diretamente do regime era uma mancha no currículo político, se não fosse acompanhada de uma boa desculpa, expiação ou autocrítica públicas” (NAPOLITANO, 2015, p. 18). Nesse sentido,

dessa convergência improvável, entre liberais dissidentes e comunistas críticos, nasceu a memória hegemônica sobre o regime militar. Para os primeiros, funcionou como alibi para eximirem-se das responsabilidades históricas na construção de um regime autoritário e violento. Para os segundos, funcionava dentro da estratégia de “ocupar espaços”, denunciar e deslegitimar a ditadura. Consagrou-se nas pesquisas universitárias, na imprensa liberal, nos meios de comunicação, isolando o discurso oficial do regime que perdia cada vez mais adeptos à medida que a crise política e econômica crescia. (NAPOLITANO, 2014, p. 285).

Assim, construiu-se o discurso de uma sociedade civil vítima da Ditadura Militar, e ao mesmo tempo resistente, ocultando a participação de diversos setores civis no Golpe de 1964 e na manutenção do regime, ao mesmo tempo em que se fortalecia a defesa dos valores democráticos como legítimas formas de resistência, em detrimento das vias armadas. As ações dos grupos guerrilheiros, sobretudo na primeira metade da década de 1970, passou a ser vista como um erro político, ações inconsequentes da juventude guerrilheira. Ao mesmo tempo em que esta memória liberal-conservadora ia se constituindo e se fortalecendo, os militares passaram a ser encarados como vilões, e o Golpe passou a ser percebido como uma usurpação das instituições democráticas: caía por terra, dessa forma, a ideia defendida pelos militares de que as Forças Armadas eram as verdadeiras defensoras da democracia frente à iminente ameaça comunista⁶. Assim,

⁶ De acordo com Boris Fausto (1995), “o movimento de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência do “exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções””. (FAUSTO, 1995, p. 465)

1979 significou um marco na consolidação da resistência democrática como a quintessência da sociedade civil, cuja autoimagem passou a ser a antítese do Estado autoritário. A visão da “sociedade vítima”, mas resistente e digna, foi compartilhada por liberais e pela esquerda, tanto a que tinha pego em armas, quanto os pecebistas e outros grupos que recusaram o viés militarista. (NAPOLITANO, 2015, p. 22).

Segundo Marcos Napolitano, a partir da década de 1990, o Estado, influenciado por essa memória hegemônica, iniciou o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a construção das memórias das vítimas do regime militar, enfatizando a necessidade de estabelecer mecanismos de reparação. A Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012 e cujo relatório foi publicado em 2014, tornou-se emblemática, uma vez que “sua missão era esclarecer fatos ainda obscuros ligados sobretudo à repressão política contra opositores e produzir uma espécie de história oficial do período a partir da perspectiva de uma democracia golpeada” (NAPOLITANO, 2015, p. 25). Seus relatores acreditavam na necessidade de se escrever uma “história oficial” sobre a ditadura, ancorada em elementos da memória hegemônica liberal-conservadora. Assim,

o longo relatório elaborado por esta comissão, publicado em dezembro de 2014, aponta para uma série de ações simbólicas que sinalizam o triunfo da memória hegemônica crítica no plano do discurso oficial, embora seu resultado não tenha agradado plenamente as organizações de direitos humanos mais combativas, como os grupos da linhagem “tortura nunca mais” e familiares. Foram recomendadas 29 medidas, sendo que algumas delas incidem diretamente sobre a questão da memória: a proibição de comemorações oficiais do golpe de 1964; o reconhecimento pelas Forças Armadas das violações cometidas contra os direitos humanos; a reformulação do conteúdo curricular das academias militares (sobretudo em relação ao ensino de história); o incremento de uma política de preservação da memória das violações dos direitos humanos durante o regime, devidamente articulada a políticas educacionais. Foram reconhecidos, oficialmente, 434 mortos e desaparecidos políticos (dos quais 210 continuam desaparecidos), e responsabilizados 361 agentes de Estado por “graves violações aos direitos humanos”. A conclusão, já apontada pela pesquisa historiográfica anterior, é que estas violações não constituíram “exceções”, como sugeria o discurso oficial do regime e sim uma política de Estado integradas e sistemática (NAPOLITANO, 2015, p. 25).

No entanto, nos últimos anos, temos nos deparado, cada vez mais frequentemente, com discursos saudosistas da Ditadura Militar no Brasil, que buscam relativizar ou mesmo negar as constantes violações aos direitos humanos colocadas em prática pelo Estado naquele período. Tais enunciados foram gradativamente ganhando espaço, sobretudo a partir das Jornadas de Junho de 2013⁷; passando pelas mobilizações de parte das elites brasileiras apoiadoras do

⁷ Segundo Lilia Schwarcz, (2019), as reivindicações populares dos grupos de direita e de esquerda que compuseram as Jornadas de Junho de 2013 (sobretudo melhorias nos transportes, na educação, na saúde), embora legítimas, contribuíram para a radicalização no campo sociopolítico e para enfatizar o descrédito da sociedade brasileira para com as instituições democráticas. Dessa forma, criaram espaço para o fortalecimento de atores políticos que defendiam em seus discursos saídas autoritárias para a crise política e social na qual o Brasil estava imerso, ao mesmo tempo em que exaltavam o autoritarismo militar. Assim, para a autora, “o vazio social e o ceticismo adubaram um terreno fértil para ascensão de pretensos outsiders, políticos autoritários, oportunistas e

impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016; chegando à corrida eleitoral que levou à presidência da República o candidato da extrema-direita Jair Messias Bolsonaro (PSL) em 2018. Sobre este último elemento, é importante lembrar que, inúmeras vezes, Bolsonaro declarou-se publicamente favorável à tortura e ao regime militar no decorrer de sua trajetória política (REVISTA FÓRUM, 2016), chegando a exaltar a figura do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra em seu voto em prol da cassação do mandato de Rousseff, quando o processo tramitava na Câmara dos Deputados (BARBA e WENTZEL, 2016). Ademais, em março de 2019, o presidente Jair Bolsonaro estimulou as Forças Armadas a realizarem as “comemorações devidas” ao Golpe Civil-Militar de 1964 (MORI, 2019).

Nesse sentido, concordo com Lilia Moritz Schwarcz (2019) quando afirma: “talvez estejamos vivendo mais um novo capítulo dessa nova história autoritária, com uma convincente guinada conservadora e reacionária, que surgiu nas urnas no pleito de 2018” (SCHWARCZ, 2019, p. 225). Ainda segundo a autora, é interessante notar que, nos momentos de crise social e política, setores conservadores da sociedade brasileira voltam-se para o regime militar, mitificando-o, “como se esse período tivesse sido encantado e carregasse a solução mágica para nossos problemas mais estruturais” (SCHWARCZ, 2019, p. 23). Ademais, no caso do Brasil, é preciso compreender que estes discursos são utilizados por representantes da extrema-direita, também, com intuito de se autoafirmarem melhores que outras vertentes políticas:

vendem para si uma imagem de lisura e de correção na gestão do governo, tratando de obliterar seus próprios maus exemplos; acusam os demais de corrupção, não estando eles distantes dessa prática [...]; abusam de mensagens moralistas apoiando-se fortemente em conceitos como religião, família e nação (SCHWARCZ, 2019, p. 228).

É importante compreender que estes discursos são legitimados por alguns setores mais conservadores da sociedade. Para Marcos Napolitano e Lilia Schwarcz, atualmente, as redes sociais, blogs e canais do *Youtube* possuem um papel importante no processo de disseminação desses discursos relativistas e negacionistas, muitas vezes repudiando as informações veiculadas pela grande imprensa e o conhecimento histórico produzido nas universidades, optando por uma linha argumentativa que se apropria das perspectivas assumidas pela extrema-direita. Isso vai ao encontro do que defendem os políticos denominados de “novos populistas”, uma vez que assumem uma postura contrária à imprensa e aos intelectuais, afirmando não

populistas, que se dizem acima e além dos demais dirigentes, apesar de compartilharem do mesmo jogo político que eles” (SCHWARCZ, 2019, p. 231).

precisarem de intermediários entre eles e o povo, manipulando e explorando o uso das *fake news*. Neste sentido, essas novas mídias

têm sido particularmente importantes no revisionismo da extrema direita em sua luta contra a memória crítica, hegemônica e legitimada socialmente sobre o regime militar. Não por acaso, blogueiros e usuários de redes sociais de extrema direita atacam com igual virulência tanto a mídia liberal, o governo (petista) e os militantes da área de direitos humanos, desconsiderando quaisquer diferenças entre estes grupos políticos, posto que em algum grau, eles compartilham da memória hegemônica sobre o regime militar. (NAPOLITANO, 2015, p. 16)

Nessa perspectiva, acredito ser importante analisar os impactos destes enunciados no presente, uma vez que alvejam a democracia brasileira, seja no que diz respeito ao modo como refutam demandas sociais oriundas das minorias (negros, indígenas, mulheres e comunidades LGBT), seja no que tange à elaboração de leis de cunho autoritário com o intuito de censurar discussões políticas em sala de aula (o que vai de encontro à liberdade de expressão defendida pela Constituição de 1988); ou de políticas públicas com o suposto objetivo de sanar o problema da segurança pública, mas que acabam vitimando uma parcela específica da população: a negra⁸.

Dessa forma, tornaram-se emblemáticos alguns casos: em 2019, uma família negra foi atingida equivocadamente por diversos tiros de fuzil disparados por soldados do Exército no Rio de Janeiro, ataque que resultou nas mortes de duas pessoas e que contou com o silêncio de setores políticos conservadores (PAULUZE e NOGUEIRA, 2019); o esvaziamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), uma vez que as funções de demarcação de terras indígenas foram delegadas ao Ministério da Agricultura pelo presidente Jair Bolsonaro (PASSARINHO, 2019); as tentativas de parlamentares da extrema-direita para implementar o projeto Escola Sem Partido, que, na prática, visa restringir a liberdade de expressão nas instituições educacionais (SEMIS, 2019). Assim como Lilia Schwarcz, vejo com preocupação este panorama, uma vez que entendo que nossas ainda frágeis instituições democráticas encontram-se em perigo. Nesse sentido, é importante ressaltar que

democracia não se resume ao ato da eleição, ela vive do cotidiano que ajuda a instaurar, e este tem enfrentado momentos difíceis. Demonstrações de “namoro” com a nostalgia de uma ditadura presa a um passado mitificado; o caráter messiânico de certos representantes políticos; os ataques aos grupos minoritários, entre eles indígenas, negros e negras, homossexuais, queers e transexuais; o desrespeito a formas de religião distintas das de matriz cristã-judaica; a ampliação dos poderes de

⁸ Segundo Luiza Calegari, o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública constatou que, entre 2015 e 2016 a polícia brasileira matou três vezes mais negros do que brancos: 963 brancos mortos contra 3.240 negros assassinados (CALEGARI, 2017).

classificação do sigilo de documentos históricos; a repressão à liberdade pedagógica a partir da justificativa de doutrinação ideológica; a flexibilização do porte de armas de fogo; a celebração do exílio de adversários políticos, só têm feito soar o despertador do medo, para quem é adepto dos valores democráticos e dos direitos humanos. (SCHWARCZ, 2019, p. 236)

Assim, considero importante refletir sobre as rupturas e as continuidades no que diz respeito ao passado ditatorial brasileiro e que afetam nossa democracia hoje. José Murilo de Carvalho (2017) afirma que, durante o processo de redemocratização no país, havia-se uma crença de que as instituições democráticas brasileiras firmar-se-iam de modo natural, uma vez que o passado autoritário, supostamente, ficara para trás. No entanto, o caráter negociado da transição para a democracia e a incorporação de indivíduos e órgãos aliados do regime aos organismos políticos da “Nova República” possibilitariam a manutenção de antigos mecanismos. Desse modo, segundo Marcos Napolitano, referindo-se ao contexto ditatorial latino-americano, com exceção do argentino, “não houve uma ruptura completa entre o Estado dos regimes militares e o Estado democrático pós-ditadura, posto que não houve uma significativa desmontagem institucional do autoritarismo, nem a renovação completa das elites políticas” (NAPOLITANO, 2015, p. 13-14).

A Polícia Militar, por exemplo, embora tenha sido retirada da tutela do Exército com a promulgação da Constituição Federal de 1988, continuou sendo treinada por meio de métodos militares, o que é problemático para a efetiva segurança da sociedade: o soldado da polícia “é preparado para combater e destruir inimigos, e não para proteger cidadãos” (CARVALHO, 2017, p. 214). Outro exemplo importante a ser citado: a metamorfose do ARENA, partido situacionista durante a Ditadura Militar, que, no final da década de 1970, transformou-se no Partido Democrático Social (PDS), que por sua vez fragmentou-se, dando origem ao Partido da Frente Liberal (PFL): este último escolheu José Sarney, outrora arenista e pedessista, “identificado ao sistema político herdado da ditadura militar”, como candidato à vice-presidência na chapa que elegeria Tancredo Neves (PMDB) (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2010, p. 289). Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos (2018) afirma ser equivocada a ideia de que os regimes políticos dividem-se rigidamente entre ditaduras e democracias: para o autor, perspectivas políticas autoritárias podem encontrar-se presentes nas instituições democráticas, o que fragiliza o funcionamento destas. Sobre este aspecto, Marcos Napolitano constata:

muitos analistas apontam o Estado brasileiro pós-ditadura (bem como os entes federativos no geral) como um legado do autoritarismo militar, marcado pela insularidade burocrática (sobretudo na área econômica), pela visão tecnocrática de políticas sociais, pela visão autoritária na área de segurança pública. Portanto, falar em triunfo simbólico de uma memória crítica ao regime militar, não significa dizer que a democracia ou os valores de esquerda triunfaram plenamente na reorganização do Estado e das relações sociais. Os parâmetros da democracia brasileira pós-ditadura

são, em grande parte, forjados e limitados pelas políticas do regime militar sancionada pelos seus beneficiários civis no processo de transição política (NAPOLITANO, 2015, p. 18).

Considero necessário, portanto, que nossas instituições democráticas sejam gradativamente fortalecidas, uma vez que ainda encontram-se fragilizadas, rondadas pelo espectro do autoritarismo militar. A educação, desse modo, é uma importante ferramenta na formação de cidadãos críticos, que compreendam a importância da democracia e atuem no sentido de construir, junto ao Estado, um país menos desigual e violento, auxiliando no desenvolvimento de políticas públicas que visem incluir setores sociais ainda marginalizados, bem como prezar pela defesa dos direitos humanos e da liberdade civil.

6. METODOLOGIA

A intervenção proposta neste projeto será desenvolvida junto aos estudantes do 3º ano do Ensino Médio, matriculados na Escola Estadual Professor Raymundo Martiniano Ferreira, localizada no município de Ponte Nova, Minas Gerais. Para isso, serão necessárias duas aulas, com duração de 50 minutos cada. Serão utilizados os seguintes materiais: quadro, giz, computador, data show, caixa de som e fotocópias de trechos do livro “Inventário de Cicatrizes”, escrito por Alex Polari de Alverga (1978). Abaixo, segue descrição do aporte didático a ser utilizado na aula:

- O vídeo Memória e História da Ditadura Militar no Brasil, do historiador e *youtuber* Icles Rodrigues (2018). Considero importante porque, no vídeo, o intelectual fala sobre como este “revisão histórico” acerca da Ditadura Militar, sem embasamento teórico-metodológico e fundamentado apenas nas memórias coletivas de setores conservadores, é prejudicial para a construção de um conhecimento histórico sério e crítico acerca deste tema.
- Artigo “Discurso de Bolsonaro deixa ativistas estarecidos e leva OAB a pedir sua cassação”, escrito por Mariana Della Barba e Marina Wentzel para a BBC Brasil (2016). Neste texto, a autora aborda a fala do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro durante a votação do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Congresso Nacional em 2016. Na ocasião, o parlamentar prestou uma homenagem ao torturador coronel Brilhante Ustra, algoz dos presos políticos no período militar. Considero este artigo importante pois, por meio dele, será possível compreender melhor os discursos proferidos pelas alas conservadoras na política a respeito da Ditadura.

- Livro “Inventário de Cicatrizes”, escrito por Alex Polari de Alverga (1978). Esta obra é importante, pois o escritor, através de seus poemas, relata os horrores sofridos por ele e outros presos políticos durante a Ditadura Militar, e pode ser utilizada como fonte primária em sala de aula.
- Reportagem “A partir de janeiro, a polícia vai atirar para matar, afirma João Doria”, de Arthur Rodrigues para a Folha de São Paulo (2018). Este artigo é importante pois, através de sua análise, será possível compreender como os discursos políticos conservadores, pautados em medidas autoritárias, impactam diretamente na vida das minorias, sobretudo dos grupos que vivem marginalizados nas periferias das grandes cidades.
- Reportagem “Intervenção militar no Rio se aproxima do fim com recorde de mortes por policiais e mais tiroteios”, de Felipe Betim para o El País (2018). Como no item anterior, este artigo tornará possível perceber como as medidas autoritárias enfraquecem as instituições democráticas, sobretudo no que diz respeito à justiça, e coloca em risco os direitos dos grupos sociais que vivem nas periferias.
- Artigo “Brasil: violência policial continua sem freios” escrito pela *Humans Rights Watch* (2018), que analisa as violações dos direitos humanos protagonizados pelas forças policiais no Brasil, muitas vezes legitimadas pelas forças políticas conservadoras de extrema direita.
- Reportagem “Como ordem de Bolsonaro para comemorar golpe de 1964 se transformou em problema para as Forças Armadas”, escrita por Letícia Mori para a BBC Brasil, na qual a autora analisa as consequências políticas e legais do incentivo dado pelo presidente Jair Bolsonaro às Forças Armadas para comemoração do Golpe Civil-militar de 1964.
- Artigo “Entenda o “novo” projeto do Escola Sem Partido que tramita na Câmara”, escrito por Laís Semis, no qual a autora reflete acerca das implicações deste projeto que, na prática, visa censurar professores e alunos em sala de aula, no que diz respeito às discussões de cunho político.
- Reportagem “Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio de Janeiro e mata músico”, escrita por Thaiza Pauluze e Italo Nogueira para a Folha de São Paulo, na qual

os autores noticiam o ataque protagonizado pelas Forças Armadas a uma família negra, confundida com criminosos, no Rio de Janeiro em 2019, e que resultou nas mortes de duas pessoas.

Em um primeiro momento, haverá uma aula expositiva sobre as diferenças entre memórias e História, tal qual especificadas no tópico anterior. A seguir, de posse das fotocópias de alguns poemas escritos por Alverga (em especial os textos “Inventário de Cicatrizes”, “Recordações do Paraíso”, “Os Primeiros Tempos de Tortura”, “Canção para ‘Paulo’ (à Stuart Angel)”), serão analisadas as memórias do autor sobre o cárcere. A seguir, será exibido o vídeo produzido pelo historiador Icles Rodrigues, abordando os riscos de se olhar para o passado desprovido de embasamento teórico-metodológico, baseando-se apenas nas memórias, compreendendo, assim, o grau de subjetividade destas.

Após estes primeiros passos, voltarei para aula expositiva, explicando os processos de construção das memórias sobre a Ditadura Militar: a hegemônica, de cunho liberal-conservador, que ganhou força no final da década de 1970 e baseou a formação da Comissão Nacional da Verdade; e a negacionista, que relativiza ou nega os crimes cometidos por agentes do Estado no período. Em seguida, projetarei as reportagens citadas acima em data show e discutirei com os alunos os possíveis impactos destas perspectivas conservadoras hoje, com a continuidade da violência contra minorias perpetrada pelas polícias e pelo Exército, que violam frequentemente os direitos humanos; bem como notícia sobre o discurso proferido por Jair Bolsonaro, em março de 2019, incentivando a comemoração do Golpe de 1964 pelas Forças Armadas. Por fim, solicitarei aos alunos que escrevam uma redação dissertativa-argumentativa, com base no que será discutido nestas aulas, sobre as memórias construídas acerca da Ditadura Militar e seus possíveis impactos no presente.

Espero, desse modo, que os alunos compreendam as diferenças entre memória e História, bem como se deu a construção das memórias sobre a Ditadura Militar no passado e como este campo ainda encontra-se em disputa no presente. Ademais, desejo que os estudantes percebam os possíveis ecos dos discursos conservadores, que negam ou relativizam a violência estatal ao longo deste regime ditatorial, ainda hoje, concretizada nos conflitos entre o Estado e as minorias sociais, estes sendo legitimados muitas vezes por atores políticos conservadores. Por fim, almejo que os alunos entendam as rupturas e continuidades do presente democrático, em relação ao passado ditatorial.

7. REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. In: Quadrat, Samantha Viz & Rollemberg, Denise (Orgs). **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.283-300.

ALVERGA, Alex Polari de. **Inventário de Cicatrizes**. Rio de Janeiro, 1978.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

AS democracias também são mortas em silêncio. In: **OUTRAS PALAVRAS**. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/brasil/boaventura-as-democracias-tambem-sao-mortas-em-silencio/>. Acesso em 15 de julho de 2019.

BARBA, Marina Della; e WENTZEL, Marina. “Discurso de Bolsonaro deixa ativistas estarecidos e leva OAB a pedir sua cassação”. **BBC Brasil**. 20 de abril de 2016. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb >. Acesso em 5 de maio de 2019.

BETIM, Felipe. Intervenção militar no Rio se aproxima do fim com recorde de mortes por policiais e mais tiroteios. **El País**. 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/18/politica/1545165331_275511.html>. Acesso em 15 de março de 2019.

“BRASIL: violência policial continua sem freios”. **Humans Rights Watch**. 18 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2018/01/18/313291>>. Acesso em 21 de março de 2019.

CALEGARI, Luiza. “Número de negros mortos por policiais é o triplo do de brancos”. **Exame**. 10 de dezembro de 2017. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/numero-de-negros-mortos-por-policiais-e-o-triplo-do-de-brancos/> >. Acesso em 23 de junho de 2019.

CARRETERO, Mario. **Construir e ensinar as Ciências Sociais e a História**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DEL PRIORE, Mary e VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DOSSE, François. “A oposição História/Memória”. In: DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. A História: um antídoto às *fake news* [vídeo]. **Casa do Saber**, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QJ39IUYQ4t4&feature=share>>. Acesso em 23 de junho de 2019.

GOMES, Wilson. Revisando a ditadura militar. **Revista Cult**. 10 de julho de 2018. Disponível em: < <https://revistacult.uol.com.br/home/revisando-a-ditadura-militar/>>. Acesso em 11 de maio de 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

“JAIR Bolsonaro: erro da ditadura foi torturar e não matar”. **Revista Fórum**. 8 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/jair-bolsonaro-erro-da-ditadura-foi-torturar-e-nao-matar/>>. Acesso em 5 de abril de 2019.

JOUTARD, P. Reconciliar História e memória? In: **Revista Escritos**, ano 1, nº 1, 2007. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 228-229.

LEAL, Luana Aparecida Matos. “Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs”. **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, Campus Vitória da Conquista**, 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>>. Acesso em 7 de fevereiro de 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 28 de março de 2019.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. “História cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. In: **Rev. Ins. Est. Bras.**, São Paulo, 1992.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; e CANDAU, Vera Maria. “Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos”. In: ANPEd. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. – (Coleção educação para todos; 6). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143241por.pdf>>. Acesso em: 26 de abril de 2019.

MORI, Letícia. “Como ordem de Bolsonaro para comemorar golpe de 1964 se transformou em problema para as Forças Armadas”. **BBC Brasil**. 29 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47741593>>. Acesso em 23 de junho de 2019.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime brasileiro”. In: **Antíteses**, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015.

O ódio aos professores. In: **MOVIMENTO LIBERDADE PARA EDUCAR**. 2018. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/>. Acesso em 15 de julho de 2019.

OLIVEIRA, Regiane. Governo Bolsonaro prega “negacionismo histórico” sobre a ditadura. **El País**, 5 de abril de 2019. Disponível em: <

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html>. Acesso em 10 de maio de 2019.

NEVES, Joana. “O ofício do Historiador: entre as fontes, a narrativa e o quadro de giz”. In: FLORES, Elio C.; e BEHAR, R. **A formação do Historiador**. João Pessoa: UFPB, 2004.

PASSARINHO, Nathalia. “Plano de Bolsonaro para demarcações indígenas pode parar na Justiça”. **BBC Brasil**. 3 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46749222>>. Acesso em 23 de junho de 2019.

PAULUZE, Thaiza; e NOGUEIRA, Italo. “Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio de Janeiro e mata músico”. **Folha de São Paulo**. 8 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>>. Acesso em 23 de junho de 2019.

PRATS, Joaquim. “Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos”. Trad.: Elizabeth Moreira dos Santos Schimitd, Luciana Braga Garcia, Maria Auxiliadora Schimitd e Tânia Braga Garcia. 2005.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 5, n 10, 1992, p. 200-212.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/ditadura%20militar.pdf>>. Acesso em 12 de março de 2019.

RODRIGUES, Icles. Memória e História da Ditadura no Brasil. Leitura **ObrigaHistoria**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rxVK_7h2fzs>. Acesso em 15 de março de 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula”. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEMIS, Laís. “Entenda o “novo” projeto do Escola Sem Partido que tramita na Câmara”. **Nova Escola**. 18 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/15818/entenda-o-novo-projeto-do-escola-sem-partido-que-tramita-na-camara>>. Acesso em 23 de junho de 2019.